

# A IMPLANTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

## – BNCC NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JUIZ DE FORA:

### ESTRATÉGIAS E RESULTADOS.

Gisele Zaquini Lopes Faria <sup>1</sup>

#### RESUMO

Este artigo pretende apresentar os caminhos percorridos pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC nas escolas municipais da cidade. A principal questão a ser respondida será: **Como o contexto foi criado e quais as prioridades foram utilizadas para sedução dos envolvidos com essa política?** Para isso, apresentará uma cronologia das ações, tendo como referência a homologação do Parecer CNE/CP n.º 15/2017. Sendo o corte temporal estabelecido entre os anos de 2018 a 2021. A pesquisa se deu por meio dos materiais disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Educação, materiais disponibilizados nas plataformas do YouTube, Cadinho de Prosa e Tempo de Anunciar. As principais referências teóricas estão ancoradas nas ideias de Ernesto Laclau, documentos oficiais do Governo Federal e Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora, bem como estudiosos do campo do currículo como Alice Casimiro, Regina Leite Garcia, Antonio Flávio Barbosa, Michael Young, Maria Luiza Sussekind, entre outros. As análises permitiram identificar que a rede municipal de educação de Juiz de Fora fez a revisão de sua proposta curricular existente à luz da BNCC, sendo esta revisão considerada um momento de rica discussão e envolveu todos os componentes curriculares e etapas de ensino. Foi possível observar dificuldade em alcançar professores de áreas como inglês, geografia e ciências para ampla discussão, reconhecimento das diferentes condições de trabalho e formação docente e a importância de investimento no envolvimento dos profissionais da educação e atenção para as realidades de cada localidade escolar.

**Palavras-chave:** currículo, participação docente, estratégias de debate, BNCC

#### INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os caminhos percorridos, pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora – SE para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC nas escolas municipais da cidade. A principal questão a ser respondida será: *Como o contexto foi criado e quais as prioridades foram utilizadas para sedução dos envolvidos com essa política?* Para isso apresentará uma cronologia das ações, tendo como referência a homologação do Parecer CNE/CP n.º 15/2017, do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação através da publicação da Portaria MEC n.º 1.570 que tornou obrigatório aos estados e municípios a adequação de suas propostas curriculares à Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Sendo o

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Univesidade Nacional de Rosario, Argentina, [gazlopeszaquini@gmail.com](mailto:gazlopeszaquini@gmail.com)

corde temporal estabelecidos entre os anos de 2018 a 2021, período que se deu a revisão curricular, da rede municipal de Juiz de Fora, à luz da BNCC, bem como adequações necessárias devido ao período pandêmico.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa se deu por meio dos materiais disponíveis no site eletrônico da Secretaria de Educação, do município de Juiz de Fora, localizado na página da Prefeitura de Juiz de Fora, visto que a Secretaria de Educação (SE), por meio do Departamento de Formação, não deu autorização para a consulta de documentos físicos da secretaria e não permitiu a participação desta pesquisadora em reuniões promovidas pela SE e as equipes gestoras das escolas. Cabe destacar que foi solicitada autorização para a referida pesquisa, por meio de canal eletrônico da SE, espaço este que permitiu apresentar a proposta de pesquisa, bem como carta de apresentação assinada por professor orientador da Universidade Federal de Juiz de Fora e a resposta recebida pela pessoa responsável pelo Departamento de Políticas de Formação, foi a seguinte:

“Após análise da solicitação, esta secretaria informa que todos os documentos de acesso público solicitados pela pesquisadora estão disponíveis na página da PJF e nos canais oficiais da SE e poderão ser consultados pela requerente. Em relação à participação nas reuniões de diretores e coordenadores, informamos que são internas e que demandariam autorização coletiva. Portanto, a orientação desta Secretaria de Educação é o acesso da pesquisadora aos materiais publicizados das respectivas reuniões, como pautas e memórias. De posse desses documentos e das outras estratégias metodológicas apresentadas no projeto, como as entrevistas, a pesquisadora reunirá informações suficientes para atingir os objetivos propostos na pesquisa.” (2023)

A partir da orientação acima, passamos a buscar na página da prefeitura de Juiz de Fora os documentos citados pela pessoa responsável pelo Departamento de Políticas de Formação (DPPF) da SE e encontramos os seguintes arquivos: Memorial de gestão 2017/2020, Cadernos para o Professor 2019/2023, Referencial curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora 2020 e Referencial curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora 2021. Sobre os materiais publicizados acerca das reuniões de diretores e coordenadores, bem como pautas e memórias não foram encontrados online em pesquisa exploratória dos materiais de acesso público. Desta forma, nova solicitação foi feita ao DPPF com objetivo de obtenção de esclarecimentos sobre a forma de acesso ao

material indicado para a consulta para a pesquisa. Então a Secretaria de Educação, por meio da responsável pelo DPPF, solicitou mais informações a respeito do corte temporal da pesquisa, para que fosse possível responder à solicitação feita. Desta forma, foi esclarecido que o corte temporal da pesquisa se daria no período de 2018 a 2020 e também solicitado esclarecimento, por parte da pesquisadora, sobre como deveria proceder para acesso aos materiais publicizados das reuniões de diretores e coordenadores, bem como pautas e memórias, conforme primeira orientação recebida pela SE, visto que a busca na aba da Secretaria de Educação, na página da Prefeitura de Juiz de Fora não permitiu encontrar as memórias. Após novo questionamento, em um encontro casual com a representante do DPPF no Fórum Municipal de Educação, mas esclarecimentos sobre as necessidades da pesquisa foram dados e, então, a pesquisadora recebeu os cópias de atas das reuniões promovidas pela SE para diretores e vice-diretores, referentes aos meses de março a novembro do ano de 2023 e fevereiro e março de 2024 para análise.

Como é possível observar as atas das reuniões de Diretores e vice-diretores são de recorte temporal diverso do solicitado pela pesquisadora e a justificativa apresentada se deve ao fato de as atas se referirem ao período de retorno das atividades presenciais, visto que nos anos de 2020 e 2021 as ações se deram por meio remoto e estariam disponíveis na página da Prefeitura de Juiz de Fora. Referente aos anos de 2018 a 2020 nenhuma justificativa foi apresentada pela SE.

A análise do material virtual produzido, pela Secretaria Municipal de Educação, teve como recorte temporal os anos de 2020 / 2021 e 2022 e se deu a partir dos materiais disponibilizados nas plataformas do YouTube chamadas Cadinho de Prosa e Tempo de Anunciar. A proposta foi assistir todo material audiovisual disponibilizado nas plataformas, com temática voltada para a organização curricular. Foram observados os seguintes pontos: objetivo do material, percepção apresentada acerca da BNCC, percepção dos palestrantes acerca da relação da proposta de BNCC e o currículo da rede municipal de Juiz de Fora, quantidade de material audiovisual dedicado ao tema da BNCC e currículo, estratégias utilizadas para apresentar a BNCC para os professores participantes, principais perguntas feitas pelos professores que assistiram as transmissões ao vivo, questionamentos apresentados pelos expositores, pontos recorrentes nas apresentações, bem como as possíveis contradições de falas entre os expositores;

Importante justificar a existência de dois canais da Secretaria Municipal de Educação no YouTube com nomes diferentes, visto que no ano de 2021, após as

eleições municipais do ano de 2020, houve troca do comando da Prefeitura de Juiz de Fora, havendo também a troca de todos os secretários municipais, inclusive o de educação e grande parte de sua equipe técnica. Como o ano de 2021 ainda existia o risco de contaminação pela COVID-19 as aglomerações ainda não estavam permitidas e a nova equipe da Secretaria de Educação entendeu a relevância de continuar a usar um canal no YouTube, no entanto não aproveitou o canal existente, optou por criar um outro canal, com outro nome, mas com formato bastante parecido ao até então existente.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Este artigo pretende apresentar o contexto criado pela secretaria de educação municipal para fazer a revisão da proposta curricular existe à luz da BNCC, bem como identificar as prioridades de discussão e as estratégias utilizadas pela SE para atrair o magistério para a participação na discussão. Para a busca de entendimento destas questões buscou autores com estudos na voltados para a análise dos textos, contextos e dos discursos e de como estes pontos podem fazer diferença no momento de condução de uma política pública. Silva (2019), com relação aos textos escritos, destaca que:

“Nos textos escritos, os segmentos repetidos, ao mesmo tempo em que incrementam a coesão, constituem pistas que conduzem à organização das informações; e, dependendo do gênero textual, podem funcionar como um poderoso recurso argumentativo, ou como um traço expressivo de envolvimento que favorece a interação.” (p.155)

Desta forma, observar as produções escritas, elaboradas pela SE são importante estratégia para compreender os argumentos utilizados com relação à política em análise. Logo, buscar referências sobre a BNCC nos materiais produzidos pela SE foi o primeiro caminho percorrido para a análise de documentos.

No ano de 2019 foi publicado, nos Cadernos para o Professor, o primeiro texto, identificado nesta pesquisa, que fez referência direta à BNCC, sendo feito um estudo comparado entre a Proposta Curricular de Arte da Rede Municipal de Juiz de Fora e a BNCC. Abaixo apresentamos uma citação direta de como Oliveira apresenta o que propõe e a BNCC e qual o papel da Secretaria de Educação na revisão do currículo existente:

“Sendo assim, as redes de ensino e as instituições escolares para exercerem seus papéis de complementaridade e visando garantir as aprendizagens essenciais da Educação Básica, deverão adequar a BNCC ao contexto local mediante o desenvolvimento de ações como: a contextualização dos conteúdos, tornando-os significativos; a organização interdisciplinar dos componentes curriculares; a adoção de metodologias e estratégias dinâmicas, interativas, significativas, diversificadas e que motivem os alunos; a utilização de procedimentos de avaliação formativa; seleção e produção de recursos didáticos e tecnológicos para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem; criação de materiais de orientação para os professores e manutenção de processos de formação contínua dos professores, bem como sobre gestão pedagógica e curricular (BRASIL, 2018). Nesse sentido, caberá à Secretaria de Educação de Juiz de Fora fazer uso das Propostas Curriculares do município, reiniciando um processo de estudo e elaboração de um novo currículo em interface com a BNCC. (p.80, 2019).

No que se refere ao contexto é importante destacar que mudanças na política local poderiam influenciar a condução das discussões acerca da revisão curricular, visto que a partir do ano de 2021 a prefeitura passou a ser gerida por um governo de esquerda e, em um país com uma dualidade entre esquerda e direita relevante. Logo, movimentos críticos à BNCC poderiam interferir no processo de revisão curricular da rede municipal de ensino de Juiz de Fora e, esta questão precisava ser observada. Lopes destaca que:

“Há movimentos críticos à BNCC, a exemplo daquele desenvolvido pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC), Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC) e pela associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Alguns dos movimentos de crítica, todavia, apenas afirmam a autonomia pedagógica de cada docente ou deve incluir mais docentes da Educação Básica no processo. Parece ser concebido que outros grupos e outras demandas devem entrar na cadeia articulatória que produz o discurso em defesa da BNCC. Não é questionada, de forma central, a própria ideia de uma base central comum. (p. 112, 2017).

Por fim, analisar os discursos e as diferenças entre estes e as ações de mobilização do magistério para as discussões acerca da necessidade de revisão do currículo município à luz da BNCC se fez tarefa relevante. A teoria da análise do discurso, segundo Silva:

“...pressupões que objetos e ações do mundo objetivo são significativos, desde que inscritos em um campo discursivo que lhe confere esses significados, ou seja, o discurso é categoria constituinte e organizadora da realidade. Desde essa perspectiva, defende-se que a organizações se

constituem em objetos do discurso, cujas práticas (formações discursivas) apresentam particularidades que permitem que sejam categorizadas como tal. Como consequência, é pelo discurso que a cultura organizacional emerge, exibindo traços que agregam desde semióticas como a visual e a arquitetônica, até os elementos definidores das identidades dos indivíduos. A comunicação, por sua vez, ocupa-se em afirmar, constantemente, os atributos culturais como forma de diminuir a diferença e o ruído, visando uniformização, o entendimento e a conformação dos indivíduos em torno de algo comum. (p. 56, 2017)

Logo, buscou-se na análise dos textos, contextos e discursos o caminho para a análise de como se deu o processo de revisão da proposta curricular, existe na rede municipal de Juiz de Fora, à luz da BNCC, visando compreender quais foram as estratégias utilizadas pela SE e quais os resultados alcançados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para a análise textual foi utilizado o material, produzido pela SE, chamado **Memorial de gestão 2017/2020**. A análise deste material permitiu inferir que o processo de trabalho com a BNCC, pela equipe da Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora começa logo em seguida à sua publicação, já no ano seguinte de 2018. Portanto, não havendo resistências, por parte das equipes técnicas para cumprir a determinação legal de utilização da BNCC para a revisão do currículo em uso.

As escolas municipais começam a ter acesso às discussões sobre a revisão curricular à luz da BNCC a partir do ano de 2020, por meio de plataformas digitais e como estratégia para pensar o extraordinário momento da educação Nacional devido à Pandemia COVID-19.

No que se refere ao processo de participação dos profissionais da educação na construção dos textos orientadores, é possível encontrar, no Memorial, relatos dos processos de construção envolvendo as equipes diretivas, diretores e coordenadores pedagógicos, sendo os professores envolvidos por meio das plataformas virtuais de interação, tanto YouTube, quanto Moodle.

Quanto aos materiais elaborados, entre os anos de 2017 a 2020, há forte ênfase na divulgação das produções e adaptações de materiais e currículo ocorridas durante o período de Pandemia, sendo as famílias muito citadas em todo o processo, visto que estas seriam as mediadoras do processo de aprendizagem.

Também foi possível observar no memorial a existência de planos de trabalho para ações educacionais, orientações sobre o uso da Plataforma Moodle, orientações sobre registros de aprendizagem, acompanhamento de aprendizagem, desenvolvimento, avaliação, orientação para elaboração de relatório descritivo, organização de kits de material pedagógico, orientação para diagnóstico dos estudantes, diretrizes educacionais orientadoras em tempos de pandemia e plano de trabalho educação e saúde.

Os **Cadernos para o Professor 2019/2023 e a referência às questões curriculares**. As leituras dos textos, publicados nos Cadernos para o Professor, disponíveis online na página da Prefeitura de Juiz de Fora, apontam para reflexões acerca do currículo da rede municipal e apontam caminhos para a observação do documento final do Referencial Curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora finalizada no ano de 2020 e revista no ano de 2021 devido à Pandemia de COVID-19. Será que as vozes destes professores se fizeram presentes no documento final do Referencial curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora 2020? Esta é uma das questões que pretendemos responder a seguir.

**O Referencial curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora 2020** A partir da metodologia utilizada para análise das contribuições à proposta curricular preliminar para a Rede disponibilizada na plataforma Moodle é possível constatar boa participação, discussão e contribuição para o segmento da educação infantil e creche e satisfatória participação para as áreas de língua portuguesa, geografia, educação física e ciências, chamando a atenção a pouca participação das áreas de artes, matemática, inglês e história. Importante destacar também a impossibilidade de mensurar a participação dos profissionais das áreas de tecnologia e ensino religioso, bem como a modalidade de educação de jovens e adultos.

**O Canal do YouTube como estratégia de interação e discussão.** Segundo relato histórico, apresentado em live intitulada Diálogos Sobre Referenciais Curriculares: perspectivas para a educação infantil e história, exibida em 23/11/20, no ano de 2018 a Secretaria municipal de Educação de Juiz de Fora dá início a estudos no âmbito da gestão da secretaria de educação, visando instrumentalizar as equipes técnicas da SME para a organização do processo de revisão curricular da rede municipal, tendo a BNCC como referência. No mesmo ano a equipe de técnicos da SME passou a se reunir com coordenadores pedagógicos e diretores das escolas com o objetivo de apresentar as competências gerais da BNCC e fazer planejamento sobre como se daria o processo de revisão curricular do município. A partir de 2019 tem início a formação de grupos por

componente curricular, etapa da educação infantil e modalidade da educação de jovens e adultos com a participação de profissionais da SME e escolas. Os grupos fizeram um estudo comparativo entre a BNCC, o currículo referência do Estado de Minas Gerais e as propostas curriculares da rede municipal de Juiz de Fora. Buscou-se observar os pontos de aproximação e distanciamento existentes entre estes documentos, além deste comparativo os grupos de trabalho tiveram a responsabilidade de sistematizar cada componente curricular, a partir de então foi organizada uma proposta preliminar para a rede municipal, esta proposta foi disponibilizada via plataforma Moodle para que todos os profissionais das escolas tivessem acesso ao documento e assim pudessem apresentar sugestões de alteração e ou comentários, as contribuições foram analisadas pelos grupos de trabalho e, a partir das contribuições dadas pela comunidade escolar, os grupos de trabalho, por componente curricular, fizeram adequações no documento referência.

#### **As Atas das reuniões de Diretores e Vice-Diretores dos anos de 2023/2024.**

Os objetivos dos levantamentos foram observar o tratamento dado ao tema organização curricular nas reuniões que a Secretaria de Educação desenvolveu com os diretores escolares e coordenação pedagógica, durante o ano de 2023. No entanto, como já esclarecido anteriormente, o acesso a estas reuniões não foi permitido pela Secretaria Municipal de Educação de Juiz de Fora. Desta forma, as observações passaram a ser feitas a partir do material selecionado pela SE somente com relação às reuniões desenvolvidas com os diretores escolares, não sendo possível a esta pesquisadora tomar conhecimento de como foram feitas as abordagens com os coordenadores pedagógicos.

Potanto, analisar como a gestão municipal conduziu a questão curricular ao longo de um ano letivo de 2023 se deu por meio das atas das reuniões, que a SE ofertou para os diretores escolares. Cabe destacar que, certamente a análise sobre a condução da SE foi dificultada, não só pela falta de autorização para participar das reuniões, mas também porque as atas das reuniões são extremamente resumidas o que impossibilitou observar como se deu a recontextualização da política curricular sob a ótica da gestão municipal.

Importante destacar, sobre o discurso, que a não autorização para a observação participantes nas reuniões de coordenadores pedagógicos, nas reuniões de diretores e a disponibilização de atas resumidas das reuniões como sinais de uma cultura organizacional que, embora se caracterize como democrática, apresenta em sua prática ações de limitação de acesso à informação e cerceamento de participação do pesquisador em reuniões que deveriam ser abertas à participação de todos aqueles que



apresentassem interesse pela área de educação, visto que estas reuniões se referem às orientações acerca da educação pública do município. Contraditório também, a limitação de acesso à informação se observarmos que uma das palavras mais comuns nas reuniões com os diretores escolares é comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos textos, contextos e discursos, no período compreendido entre os anos de 2017 e 2023, permitiram observar dificuldade, por parte da Secretaria de Educação Municipal, em alcançar professores de áreas como inglês, geografia e ciências para ampla discussão acerca da revisão do currículo existente e necessidade de adequações devido à BNCC. Talvez o formato escolhido pela SE para a organização das discussões não tenha levado em consideração a organização da jornada de trabalho dos professores, visto que os técnicos da SE fariam o estudo do currículo e as necessidades de adequação dentro de sua carga horária de trabalho na SE, já os professores que se colocassem à disposição para fazer parte dos grupos de trabalho deveriam fazer esta ação fora de suas cargas horárias de trabalho semanal. Logo, a participação dos grupos de trabalho seria uma atividade para além da carga horária de trabalho dos professores que não estavam na equipe técnica da SE. Logo, a não adequação, por parte da SE, das diferentes **condições de** trabalho dos professores, de forma a permitir a participação nas discussões sobre o currículo é fator a ser considerado em atividades futuras de discussão e formação docente, como estratégia para o investimento no envolvimento dos profissionais da educação.

Sobre o contexto, inevitável deixar de falar do período histórico em que ocorre a revisão do currículo no município de Juiz de Fora. A SE começou a estudar o currículo à luz da BNCC no ano de 2018, mas, somente no ano de 2020 intensifica e compartilha este estudo com a rede municipal por meio de plataformas como o YouTube e Plataforma Moodle, visto ser esta a única estratégia possível no período devido à Pandemia de COVID 19. Além da questão do isolamento, o país estava passando por um momento político conturbado de avanço de um dualismo entre partidos de direita e esquerda que também intensificou o debate sobre a BNCC, com a insurgência de grupos contrários à BNCC. No entanto, o que se observa, tanto nas lives disponibilizadas pela SE, quanto nos documentos acessados por meios virtuais e comentários dos professores durante as lives do YouTube é que a revisão da organização curricular, ocorrida de

forma mandatária, visto que a BNCC se trata de Lei Federal, foi importante momento de repensar a educação no município.

Sobre os discursos, chama atenção a dificuldade, encontrada na pesquisa, para acesso aos materiais da Plataforma Moodle, bem como a impossibilidade da participação nas reuniões de diretores.

Logo, teve este texto o objetivo de verificar as estratégias utilizadas pela SE para atrair o magistério municipal para fazer a necessária revisão curricular da rede municipal de ensino, visto se tratar de uma imposição legal. Chegou-se a conclusão que as estratégias de divulgação do trabalho dos técnicos da SE foi eficaz, visto que se encontram públicas e de fácil acesso a todos. No entanto, as estratégias para envolvimento das escolas e professores não foi possível observar, dada a impossibilidade de acesso a material da Plataforma Moodle e impossibilidade de participação nas reuniões de diretores e coordenadores pedagógicos. Além disso, cabe destacar a dificuldade, enfrentadas pelos professores, para encaixar o grupo de trabalho sobre currículo local e a BNCC devido às jornadas de trabalho.

## REFERÊNCIAS

**Cadernos para o Professor.** Ano XXVI – n°38 – 2019.  
[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas\\_municipais/cadernos\\_professor/arquivos/cadernos\\_professor\\_ago\\_dez\\_2019.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/cadernos_professor/arquivos/cadernos_professor_ago_dez_2019.pdf) Consulta feita em 13 de fevereiro de 2024.

**Memoria de gestão 2017-2020.**

[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/arquivos/memorial\\_se\\_2017\\_2020.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/arquivos/memorial_se_2017_2020.pdf)

Consulta feita em 14 de janeiro de 2024.

Mendonça, Daniel de, Org.; Rodrigues, Léo, Org.; Linhares, Bianca Org.; Lopes, Alice Casimiro. Política, conhecimento e a defesa de um vazio normativo. Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar. São Paulo: Intermeio, 2017.

**Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução N° 2, DE 22 de dezembro de 2017.**

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192) . Consulta feita em 17 de fevereiro de 2024.

**Portaria Ministério da Educação nº. 1.570 , de 20 de dezembro de 2017.**

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/PORTARIA1570DE22DEDEZEMBRODE2017.pdf>. Consulta feita em 28 de setembro de 2021.

**Referencial curricular da Rede Municipal de Juiz de Fora 2020.**

[https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas\\_municipais/curriculos/arquivos/2020/referencia\\_curricular\\_rede\\_municipal\\_de\\_juiz\\_de\\_fora.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/se/escolas_municipais/curriculos/arquivos/2020/referencia_curricular_rede_municipal_de_juiz_de_fora.pdf). Consulta feita em

14 de janeiro de 2024

Silva, Denize Elena Garcia da. (ORG.) **Análise de Discurso Gramática e Contexto Social**. – Brasília, DF : Thesaurus, 2019.

[http://www.ppgl.unb.br/images/Livros/Denize\\_Elena/livro2\\_completo.pdf](http://www.ppgl.unb.br/images/Livros/Denize_Elena/livro2_completo.pdf). Consulta feita em 01 de fevereiro de 2024.

Silva, Luis Gustavo Teixeira da Silva (org). Pós-estruturalismo e teoria do discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2017.